



A memória de Camilo Castelo Branco no primeiro centenário do seu nascimento: as polémicas d'*Os Azeiteiros*, dos monumentos e dos *Livreiros* à volta de Camilo (1917-1925)

The Memory of Camilo Castelo Branco in the First Centennial of His Birth: Polemics from the Azeiteiros, Through the Monuments to the Livreiros Regarding the Writer (1917-1925)

Frederico Benvinda

Universidade de Lisboa (ULisboa), Lisboa / Portugal

fbenvinda@edu.ulisboa.pt

<https://orcid.org/0000-0001-6583-651X>

Soraia Carvalho

Universidade de Lisboa (ULisboa), Lisboa / Portugal

soraiaamilenecarvalho@edu.ulisboa.pt

<https://orcid.org/0000-0002-5017-8419>

Resumo: A presente investigação resulta do tratamento de documentação à guarda da Biblioteca Municipal de Sintra, inserida na camiliana da referida instituição, como projeto da Cátedra Camilo Castelo Branco, financiado pela Câmara Municipal de Sintra, distrito de Lisboa; a coleção em causa representa um manifesto esforço de colecionismo de Rodrigo Simões do Carmo Costa (1873-1947). O presente trabalho configura uma recolha e seleção de fontes históricas que foram produzidas desde a morte do romancista, com o objetivo de providenciarem um entendimento sobre o primeiro centenário de nascimento de Camilo Castelo Branco. O resultado desta análise comprovou que o escritor luso se tornou intento fértil, aquando das comemorações que há cem anos tinham lugar, no seu primeiro centenário de nascimento, espoletando controvérsias em torno

do aproveitamento da sua imagem, do usufruto da mesma, com especial relevo para o mundo livreiro. Desta investigação se retira que à volta de Camilo Castelo Branco (1825-1890) surgiram publicações variadas, expondo-se e observando-se os seus efeitos numa jovem República que findava a sua primeira experiência no ano seguinte, em 1926, depois de ter observado o rebuscar de Autores Oitocentistas como necessário enraizamento cultural, numa sociedade moldada por um pós-guerra tão turbulento, talvez, quanto as comemorações camilianas se haveriam de findar no Portugal dos anos vinte da centúria passada.

Palavras-chave: Camilo Castelo Branco; comemorações do primeiro centenário; polémicas.

Abstract: The present paper has resulted from the analysis of documentation kept at the Municipal Library of Sintra, in the institution's Camilian collection. It is a project of the Camilo Castelo Branco Chair, financed by the Municipality of Sintra, in the Lisbon district. The collection was the result of Rodrigo Simões do Carmo Costa's (1873-1947) efforts as a collector. This paper was the result of a gathering and selection of historical sources published after the death of the Writer. Its objective is to provide a novel understanding of the first centenary of the birth of Camilo Castelo Branco (1825-1890). The result of our analysis proves that the Portuguese writer was fertile ground for various polemics that sprung from the commemoration of the centenary of his birth. Various personalities argued about the use of and gain to be had from his image, discussions which were most prominent regarding the bookselling market. From the research conducted it is possible to conclude that there were multiple publications about Camilo Castelo Branco during his centenary, some that exposed and rethought the celebration of his memory and its effects on a young Republic that would come to an end in 1926, after having made use of Portugal's nineteenth century authors as a necessary means of cultural root-laying, in a society molded by a rocky post-war reality, one mirrored in the rocky Camilian celebrations that would take place in 1920's Portugal.

Keywords: Camilo Castelo Branco; celebrations of the first centenary; polemics.

1 Introdução – uma contextualização sobre as comemorações de há 100 anos

O trabalho que apresentamos resultou da investigação desenvolvida na Biblioteca Municipal de Sintra, em Lisboa, no acervo documental da coleção do camilianista Rodrigo Simões do Carmo Costa (1873-1947). A partir do espólio deste colecionador, desenvolvemos uma investigação inserida no projeto da Cátedra Camilo Castelo Branco, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com vista às comemorações do segundo centenário de nascimento de Camilo. De modo a aferirmos o valor histórico do referido acervo, cumpre-nos destacar os trabalhos entretanto publicados no rol das análises que promovemos desde 2021: o primeiro trabalho, publicado na revista *Olho D'Água* (Benvinda; Carvalho, 2023), e o segundo, publicado em *Rumo aos 200 anos de Camilo: do Oitocentos à atualidade* (Benvinda; Carvalho, 2024). Estes trabalhos serviram de pano de fundo ao articulado de polémicas observadas no período destacado e a partir deles ser-nos-á possível reavivar lógicas de entendimento entre aqueles que louvavam Camilo e granjeavam lucros através do nome do escritor. Desta forma, debruçamo-nos sobre publicações que comemoram Camilo Castelo Branco de diferentes maneiras: entre 1917 e 1925, a controvérsia caracterizaria o momento.

Em 1916 surgia, em Lisboa, o Culto Camiliano¹, liderado por Custódio José Vieira. Era uma associação que tinha como objetivo erguer uma estátua a Camilo. Dedicara-se à publicação de pequenos livros cujo produto da venda deveria ser utilizado para custear a referida construção na capital portuguesa. Em cooperação ou, pelo menos, com admiração pela *Renascença Portuguesa* – movimento para promoção da cultura nacional na I República Portuguesa –, tentaram que o escultor que a levasse a cabo fosse Teixeira Lopes, que já tinha publicado uma *maquette* alusiva a Camilo n' *A Águia* em 1912. Além disso, esse escultor foi selecionado porque o Culto Camiliano pretendia emular “os amigos

¹ O Culto Camiliano foi uma Associação Patriótica, fundada em Lisboa em 1916, por camilianistas que pretendiam comemorar Camilo Castelo Branco no primeiro centenário de nascimento do romancista. A finalidade era a construção de uma estátua de Camilo que deveria ser colocada em praça pública. Muitos dos seus membros pertenciam ao movimento d' *A Renascença Portuguesa*, formando grande parte da lista de sócios da associação. Contudo, a direção da coletividade, que foi a sua maior força impulsionadora, era um grupo restrito de camilianos lisboetas.

de Eça de Queiroz”. Teixeira Lopes tinha sido anos antes autor da estátua *A Verdade* dedicada a esse romancista, que adornava desde 1903 o Largo Barão de Quintela, em Lisboa (Benvinda; Carvalho, 2023).

O membro mais dedicado da associação foi o notário António Tavares de Carvalho (1866-1938). Além de ter redigido os estatutos da associação a pedido do respetivo presidente, entre 1916 e 1924 dedicou-se a publicar em nome individual um conjunto disperso de pequenos livros sobre Camilo. Das receitas da venda dessas obras, que em muito ultrapassavam as quotas que a associação tinha conseguido angariar da sua longa lista de sócios, se valeu a associação para fornecer o seu Fundo de Homenagem a Camilo, depositado no Montepio Geral. A menos de um ano do dia do centenário, a 24 de março de 1924, o fundo continha 3.487\$30 (Benvinda; Carvalho, 2023).

Ficava claro para a direção da coletividade que o valor não era suficiente para atingir os respetivos propósitos. De resto, não era expectável que durante o ano de 1924 viesse a aumentar o suficiente para os poder cumprir. Como tal, em 20 março de 1924, Tavares de Carvalho enviou uma carta ao *Diário de Notícias*, admitindo a incapacidade do Culto de cumprir aquilo a que se tinha comprometido e oferecendo ao jornal, que acreditava ser uma instituição com influência suficiente para atingir os objetivos originais da associação², o valor que o Fundo continha. Três dias depois, o jornal criou uma comissão de celebração do centenário de Camilo

² A assunção de que o *Diário de Notícias* poderia ser uma entidade com capacidade de cumprir os objetivos da associação em dissolução fundou-se, provavelmente, em três fatores. Em primeiro lugar, a subscrição pública que o jornal abriu para a construção do monumento a Camilo Castelo Branco não era a única que a publicação estava a promover. Este tipo de iniciativas era comum à época no *Diário de Notícias*, mormente com objetivos de caridade. Em segundo lugar, dado que outras subscrições públicas pela mesma entidade tinham atingido os respetivos objetivos no passado, era possível acreditar que isso se repetisse com os alvites do Culto Camiliano. Por fim, ainda que não seja claro para já como e em que data Custódio José Vieira decidiu associar-se aos futuros esforços do *Diário de Notícias*, é de notar que o Culto Camiliano entregou os respetivos fundos ao jornal antes da formação da respetiva Grande Comissão. Portanto, é plausível que a direção do Culto soubesse, antes de isso acontecer, que o seu presidente tinha deixado para trás a direção da coletividade em favor de uma instituição de maior dimensão. Além disso, dada a respetiva envergadura, o *Diário de Notícias* tinha mais possibilidade de conseguir construir um monumento a Camilo. De resto, se fosse deveras construído por essa entidade, poderia trazer mais prestígio

Castelo Branco. O capital do Fundo de Homenagem a Camilo, num total de 4.164\$65, foi entregue ao *Diário de Notícias* em 4 de novembro de 1924. Contudo, os esforços do jornal saíam gorados e o Culto dissolver-se-ia na comissão de vulto supostamente nacional criada pelo *Diário de Notícias*, que absorveu os ativos e parte significativa dos membros da associação defunta, incluindo o respetivo presidente, Custódio José Vieira, que se tornou líder da novel entidade (Benvinda; Carvalho, 2023).

De facto, não apenas o impacto nacional da Grande Comissão da folha lisboeta não se verificou, como, além disso, a respetiva capacidade de levar o seu projeto a bom porto a nível local, com apoio financeiro da edilidade, também não granjeou sucesso. A Câmara Municipal de Lisboa aceitou, em 26 março de 1924, custear os alicerces do monumento, qualquer que fosse o local onde ficasse decidido que seria construído e, de resto, qualquer que fosse a escultura que estivesse em causa. Todavia, tudo o que tocava a Camilo era controverso: que celebrações se deveriam efetuar e de quem tinha sido a ideia original de as realizar? Quem deveria ser o escultor contemplado? Onde se deveria situar a estátua e que *maquette* deveria servir-lhe de molde? As discussões e alvitres em volta dos festejos acabariam por paralisar o funcionamento da associação lisboeta.

A decisão de colocar a estátua no Parque Eduardo VII, depois de acesa controvérsia sobre o caso nas páginas do *Diário de Notícias*³, foi

a quem a ela estivesse associado, dado que o *Diário de Notícias* era uma publicação reconhecida da capital.

Neste ponto, há que considerar a gradual dissociação entre a Grande Comissão e o Culto Camiliano. A Grande Comissão comprometeu-se com os objetivos originais do Culto Camiliano até 8 de julho de 1924. Nessa data, Custódio José Vieira fez saber à direção do Culto que os iria abandonar. Explicou que a Comissão se via como uma entidade de impacto potencialmente nacional *vis-à-vis* o impacto local do Culto. Portanto, dado que a *maquette* original de 1912 de Teixeira Lopes não tinha agradado às pessoas que a Comissão tinha sondado e que a Comissão, como entidade de extensão nacional, entendia dever envidar por forma a granjear a maior aceitação possível para os seus projetos, esse órgão passaria, a partir daquele momento, a atuar de forma independente face aos objetivos do Culto Camiliano (Benvinda; Carvalho, 2023).

³ Teixeira Lopes, em 29 de março 1924, declarou no *Diário de Notícias* discordar da colocação da estátua no Largo das Duas Igrejas. O local tinha sido originalmente proposto por Paulo Freire (Mário), jornalista do *Diário de Notícias* e membro destacado do Culto Camiliano, em 1913, e era a localização apadrinhada pelo jornal à data. O escultor, contudo, considerava-a mais apropriada para uma estátua do poeta António

tomada secretamente em novembro de 1924, numa reunião entre Custódio José Vieira e o vereador Alexandre Ferreira, da Câmara Municipal de Lisboa, que era ao mesmo tempo tesoureiro da Grande Comissão do *Diário de Notícias* (Benvinda; Carvalho, 2024). No que toca à *maquette*, depois de a Grande Comissão ter abandonado o projeto de Teixeira Lopes em julho de 1924, promoveu entre 1925 e 1926 dois concursos para a apresentação de trabalhos. Depois de o primeiro não ter produzido vencedores, no segundo viria a ser escolhido o escultor Artur Gaspar dos Anjos Teixeira (1880-1935), que deveria construir o monumento até 1935. Contudo, como o artista morreu nesse ano sem ter completado o projeto, o processo foi entregue ao seu filho, Pedro Anjos Teixeira (1908-1997). Mesmo assim, independentemente dos esforços deste, a Câmara Municipal de Lisboa deu parecer negativo à colocação da estátua no Parque Eduardo VII, suspendendo o processo. Ao todo, o *Diário de Notícias* gastou cerca de 210.000\$000 dos 300.000\$000 que tinha angariado por subscrição pública até esse momento. A primeira pedra de um putativo monumento a Camilo foi, mesmo assim, colocada no Parque Eduardo VII durante as celebrações do primeiro centenário. O ónus do processo acabaria por recair na Câmara Municipal de Lisboa, que erigiu uma estátua a Camilo Castelo Branco da autoria de António Duarte (1912-1998) perto da Rotunda do Marquês de Pombal em 1950 (Benvinda; Carvalho, 2023).

No que teve que ver com as celebrações realizadas em Lisboa a cargo da Grande Comissão, centraram-se, além da colocação da primeira pedra, na emissão de selos comemorativos, em exposições alusivas ao autor, palestras sobre as suas obras, publicação de livros de homenagem, dos quais se destaca *In Memoriam a Camilo*, e descerramento de lápides nos domicílios do autor na cidade (Benvinda; Carvalho, 2023). Mesmo assim, não decorreram sem controvérsia: no final de março de 1924, quando nas páginas do *Diário de Notícias* o jornal trouxe a público os seus objetivos para o ano seguinte, levantaram-se imediatamente críticas. A primeira surgiu a 20 de março da parte do jornalista daquela folha João Paulo Freire (Mário). O escritor foi um denodado polemista no contexto do primeiro centenário de Camilo. Esteve envolvido em todas as controvérsias que iremos tratar *infra*. Neste caso, fazia saber

Ribeiro Chiado (1520-1591). Para uma estátua de Camilo, preferia o Largo do Rato. Por seu lado, o camilianista Cruz de Magalhães tinha proposto no dia 27 de março do mesmo ano a Avenida da Liberdade (Benvinda; Carvalho, 2024, p. 104).

que o Culto Camiliano, de que fazia parte, se adscrevia primazia em relação ao *Diário de Notícias* no que tinha que ver com o objetivo de erigir um monumento a Camilo. Logo recebeu resposta no dia seguinte da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, que acusava o *Diário de Notícias* e, por extensão, o Culto Camiliano, na pessoa de João Paulo Freire (Mário), de copiar as ideias de celebração que já tinha alvitado para o centenário durante a década de 1890. Já desde essa época a Associação pretendia erigir uma estátua a Camilo, transladar as suas cinzas para o Mosteiro dos Jerónimos e seguidamente para o futuro (porque ainda, e durante mais algumas décadas, em construção) Panteão Nacional na Igreja de Santa Engrácia, colocar lápides nas casas que tinha habitado e realizar uma nova edição, a vender a preço acessível, de obras de Camilo Castelo Branco (Benvinda; Carvalho, 2024).

Na região Norte, as decisões sobre as celebrações a realizar também não passaram sem controvérsia. Contudo, ficou clara a capacidade de atuação do *Commercio do Porto* nessa cidade e em Famalicão, tal como a importância da intervenção das edilidades nessas urbes e em Vila Real: em todas as cidades, ergueram-se estátuas a Camilo Castelo Branco. Em Vila Real, a câmara municipal coordenou a subscrição para a construção do monumento e participou financeiramente do projeto, tendo, de resto, aceite a criação de uma comissão de celebração formada por notáveis locais. Geraram-se controvérsias sobre o local no jardim da Carreira onde o monumento deveria ser colocado, mas o busto da autoria de Anjos Teixeira, feito de bronze doado pelo governo português e fundido no Arsenal do Exército, acabaria por ser inaugurado em 25 abril de 1926. A demora deu-se, ostensivamente, graças a dificuldades na obtenção de fundos e a atrasos no processo de fundição, tal como na obtenção e transporte de granito para o plinto. Na data do centenário, realizaram-se palestras e outras celebrações, largamente reportadas na imprensa local (Neves, 2005). De todos os processos de construção que conhecemos, mesmo dadas as respetivas vicissitudes, o que se realizou em Vila Real foi, dos quatro, o menos controverso.

Nos dois restantes casos referidos, conforme devidamente historiado por Abreu (2005), a atuação do *Commercio do Porto* surgiu no contexto de uma controvérsia entre a Câmara Municipal do Porto e vários órgãos de imprensa, entre os quais a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, a revista *A Águia*, pertencente à Renascença

Portuguesa, o *Jornal de Notícias* e mormente o jornal *Primeiro de Janeiro*, sobre a primazia de cada uma na celebração de Camilo Castelo Branco.

Tendo a Câmara Municipal decidido custear, em 4 junho de 1923, a construção de bustos de oito autores portugueses com ligações ao Porto, que deveriam ser executados por Teixeira Lopes, o processo de construção de uma estátua de Camilo Castelo Branco por essa entidade viria a ser abandonado por atuação, em 6 maio de 1924, do *Primeiro de Janeiro*, que considerava ilegítimo a Câmara ter tentado centralizar em si o processo de construção do monumento.

Essa atuação surgiu em resposta à proposta do vereador Augusto Martins, que mesmo tendo sido apresentada antes, apenas viria a fazer parte da ata aprovada na sessão de 6 de maio de 1924, no sentido de que se formasse uma comissão controlada pela Câmara e liderada pelos presidentes do Senado e da Comissão Executiva municipais que deveria “congregar todos os esforços já postos em vibrante e esplendente ação pela imprensa do burgo e com especial e brilhante êxito pelo *Primeiro de Janeiro*” para a construção de um monumento a Camilo. Para a reunião onde se deveria decidir que passos tomar para se realizar a homenagem a Camilo, a Câmara convidava um conjunto alargado de coletividades, incluindo os diretores de todos os jornais diários do Porto (Martins, 1924, p. 6-8). Para Augusto Martins, o caráter coletivo desta iniciativa, por oposição à respetiva realização por uma entidade individual era da maior importância⁴. Daí pretender centralizar a respetiva execução na Câmara Municipal, “representante do povo do Porto” (Martins, 1924, p. 6).

⁴ O vereador Augusto Martins debateu-se largamente para que a sua proposta, que pretendia agregar os esforços de todos quanto pretendessem celebrar Camilo na Cidade Invicta não fosse abandonada a favor dos objetivos de determinada entidade específica, dado que isso significava a vitória de um objetivo particular sobre um esforço que deveria ser público. Conforme notou Abreu (2005), Augusto Martins, que pertencia à *Renascença Portuguesa*, debateu-se acirradamente n’*A Águia* pela defesa de objetivos semelhantes no que tinha que ver com o monumento aos Mortos da Grande Guerra a erigir no Porto, da autoria de Henrique Moreira (1890-1979) e que viria a ser inaugurado em 1928. Nesse caso, insistiu no cumprimento das disposições legais relativas a concursos públicos para este tipo de edificações, tal como demonstrou uma preocupação de responsabilizar o público em geral pelo projeto. No caso do monumento aos caídos em combate, a preocupação estendia-se a um objetivo de memorializar os falecidos, fazendo do monumento um local de “culto público, patriótico e republicano” (Abreu, 2005, p. 116).

Contudo, Em ofício apresentado à Câmara em 6 de maio, o diretor do *Primeiro de Janeiro* dava a entender que a edilidade estava, com essa decisão, a retirar o prestígio devido aos jornais e outras entidades que pretendiam cumprir o alvitre de construir a estátua e que a ele, no caso desse jornal, se lhe dedicavam pelo menos há tanto tempo quanto a Câmara (a comissão do *Primeiro de Janeiro* para um monumento a Camilo datava de junho de 1923, mesmo mês em que o *Jornal de Notícias* tinha proposto celebração semelhante).

Em resposta, o presidente da Comissão Executiva da Câmara considerou que a proposta de Augusto Martins ficaria sem efeito. Seguidamente, a edilidade dissolveu a respetiva comissão dedicada ao monumento a erigir. Causada a dissolução deste órgão pela atuação do *Primeiro de Janeiro*, a Câmara Municipal mostrou-se mais uma vez aberta a cooperar com os esforços da imprensa, desta feita sem chamar a si a execução do projeto. O espaço aberto por esta tomada de posição foi ocupado pelo *Commercio do Porto* em Janeiro de 1925. Nesse mês, a Câmara Municipal do Porto aceitou cooperar com os projetos de celebração do jornal, que se comprometia a realizar um programa de festas que incluiria a construção de uma estátua em Famalicão (custeada em parte pela Câmara Municipal dessa cidade). No Porto, a Câmara custearia um soco de alvenaria na Avenida Camilo sobre o qual deveria ser colocado um busto de Camilo Castelo Branco que tinha sido oferecido à edilidade pelo

No que teve que ver com a atitude do *Primeiro de Janeiro* no contexto da construção do monumento a Camilo, Augusto Martins tentou subsumir, sem sucesso, a atuação passada do jornal a um esforço mais vasto de comemorar Camilo do qual a atuação do jornal, conforme o entendia, era apenas um expoente. Assim, terá dito na sessão de 6 de maio da Câmara Municipal do Porto, aquando da apresentação do ofício do *Primeiro de Janeiro*, que entendia que a comissão do jornal não se podia “melindrar” com a decisão da Câmara. Convidava-a, de resto, a expor à mesma o trabalho até agora realizado. Mais afirmava que todos os jornais do Porto tinham direito a contribuir para o alvitre, que era um “bem de todo o povo” e não apenas daquela entidade. Reiterou num opúsculo que dedicou ao caso que o cumprimento das disposições legais sobre a ereção de monumentos comemorativos no Porto, que obrigava à abertura de um concurso público, era para si condição *sine qua non* para a construção de qualquer estátua, porque entendia que “um monumento a Camilo não poderia ser “unicamente função (deixem passar) do dinheiro melhor ou pior arrancado ao nóvi-enriquecido”, mas deveria depender de um esforço coletivo, que erigiria uma estátua escolhida de forma aberta (Martins, 1924, p. 11-12).

jornal. Da parte dessa entidade sobressairia no contexto das celebrações o respetivo diretor, Bento de Sousa Carqueja (1860-1935) (Abreu, 2005).

Desta exposição, fica claro que as celebrações lisboetas acabariam por ser menos brilhantes, ainda que não menos controversas, que as suas congêneres nortenhas. De resto, não se verificou o alvitrado impacto nacional da Grande Comissão do *Diário de Notícias*, excetuando-se uma referência a essa qualidade no contexto das celebrações da Figueira da Foz. Nessa cidade, participaram de uma exposição no Salão Nobre da Associação Comercial tanto um representante da edilidade, como o presidente da comissão executiva das celebrações locais, o doutor Salinas Calado, que se considerou representante e subsidiário da Grande Comissão de Lisboa naquela cidade. Nas celebrações do Porto, a Comissão do *Diário de Notícias* foi representada por José de Azevedo e Meneses, camilianista famalicense. Participaram dessas celebrações vários jovens estudantes universitários lisboetas, sublinhando a respetiva popularidade face às atividades da capital (Benvinda; Carvalho, 2024).

Como demonstrando, ao analisarmos o primeiro centenário de nascimento de Camilo Castelo Branco, vemo-nos envoltos num manto costurado por diversos contributos. Surgiria quem o apontasse pelas inúmeras publicações que apareceram sobre Camilo, granjeando a resposta de camilianistas propensos ao ruído em nome da memória do escritor. Identicamente, no seio familiar, anos antes, em torno da legitimidade da filha de Camilo⁵, as peripécias foram notadas (Branco, 1890). O fenómeno far-se-ia interessante, quanto mais polémico, num meio circunscrito pela I Guerra Mundial e pelo período que lhe seguiu: a recuperação de Camilo Castelo Branco nas décadas de 1910 e 1920 era uma busca ao passado, naquele presente tão distinto, onde a aquisição de novos valores se consubstanciava, inclusive, nas Letras. Assim, ao fenómeno camiliano comemorativo acrescia a importância da época, delineada pela rutura a Oitocentos: em Portugal, para além dos problemas externos, o país via-se a braços com uma política interna turbulenta e, em 1917, surgia uma experiência autoritária (Pereira, 2017, p. 28-29). Em Maio de 1926 era instaurada a ditadura militar que conduziria ao Estado Novo (Chorão, 2010, p. 227).

⁵ Referimo-nos a uma obra publicada pelo filho de Camilo Castelo Branco, Nuno Castelo Branco, que se insurgia contra Amélia Bernadete, filha de um anterior relacionamento de Camilo, alegando que Amélia não seria filha do escritor.

Salientamos, em 1912, o movimento da *Renascença Portuguesa*, de apoio a Portugal na Grande Guerra, significava a modernidade cultural, sem o objetivo de que o país se esvaziasse do seu pretérito (Pereira, 2017, p. 21). Entretanto, o futurismo passava despercebido no país entre os problemas políticos, económicos, sociais da época. Pessoa, Sá Carneiro, entre outros rostos, eram uma autêntica lufada de ar fresco, sem que o conservadorismo luso se desmoronasse (Júdice, 1996, p. 255-261). Não nos pareça estranho, por isso, que tenha surgido um culto a Camilo – como o caso do já descrito Culto Camiliano, em Lisboa (Caft, 1925), arreigado de patriotismo, inspirado, por certo, nos *renascentes* – e, a partir de 1919, o país mergulhava nas negociações em prol de uma paz malquistada: as reparações de guerra diminutas e com a proliferação de crises internas e externas (Telo, 2011, p. 102). Neste enredo de renovação *versus* pertença, as comemorações camilianas granjeavam ser, entre os lusos, um momento de memória reavivada, sinónimo de uma *segurança* perdida: surgiam os contestatários sobre o uso do nome de Camilo – serviria para *tudo*? Qual o intento de tantas publicações (des) apegadas ao romancista? As polémicas enraizavam-se, pugnando uns pelos fragmentos da vida do escritor; protestando outros pelo dealbar de uma jornada com fim tão-somente pecuniário.

2 Publicações e livreiros em torno de Camilo: polémicas suscitadas (1917-1925)

Nos cem anos do seu nascimento, Camilo Castelo Branco conheceria várias formas de ser comemorado. As publicações concretizadas entre 1917 e 1925 pronunciaram-se sobre o romancista, resfolegando ao sabor de polémicas que se relacionaram com a sua vida ou em torno das imagens de Camilo que na época foram projetadas. As balizas cronológicas apontadas justificam-se pelo aparecimento, em 1917, de uma pequena publicação da autoria de João Ruim⁶: intitulava-se *Camilianistas – cartas a Bento Chumelgas*. Nesta, era exposto o ensurdecedor ruído das publicações que se faziam sobre o escritor Camilo Castelo Branco, não obstante os problemas que resultavam no empobrecimento da “bolsa”

⁶ Sobre João Ruim, tratando-se de um camilianista crítico das comemorações do primeiro centenário de nascimento de Camilo Castelo Branco, desconhecem-se outras informações sobre o autor.

dos camilianistas (Ruim, 1917, p. 3). Estas linhas, endereçadas a um público que se encontrava propenso à compra de textos que se vendiam sobre Camilo, ou ainda a quem estimulava essas vendas, resultava numa crítica aguçada sobre os efeitos aparentemente contraditórios das comemorações de há cem anos.

A ideia do aproveitamento pecuniário que conduzia à existência de camilianistas feitos à pressa, com publicações caricatas, desprovidas de conteúdo inédito e/ou relativo ao romancista, granjeavam críticas (Ruim, 1917, p. 4) que resultavam no apuramento de um conjunto de publicações que foram satirizadas ao estilo da época, através de outros textos trazidos a lume e que se permitiam a comentar essa proliferação de escritos, os quais grafados como homenagens ao autor de *Amor de Perdição*. Repare-se, em 1917, Portugal encontrava-se a participar na Grande Guerra. O conflito internacional conduziu o país a uma manifesta inquietação económica, financeira, política, que agravava consoante a derrocada das expectativas portuguesas perante o desfecho da guerra de 1914. O ambiente patriótico não deixava de ser instado: o país fora à guerra para legitimar a sua jovem República. Entre outros aspetos, a revolução cultural afigurava-se necessária aos republicanos como meio de concretização do regime. O centenário de Camilo, coincidente com este contexto, foi palco de atuação para se exacerbar a continuidade, na República, do passado nacional necessário à sua legitimação dentro de fronteiras.

Sem sombra de dúvida, João Ruim considerava perdida a comemoração na senda dos rendimentos almejados por autores e por livreiros. Identicamente, considerava-a pela turbulência da ida de Portugal à guerra e pelo desassossego no país em torno da restauração, no Norte, do regime monárquico (Silva, 2008). No monólogo apresentado na sua publicação, evidenciava o ridículo do centenário de há cem anos: dava asas ao seu interlocutor – a personagem fictícia, Bento Chumelgas –, para que concretizasse trabalhos daninhos, tal qual aqueles que iam parar à estampa, e que sobre Camilo se intitulavam. Escarpelizava o modo pelo qual um artefacto de Camilo poderia tirar alguém das “aguas do Lethes”, como acontecera a quem trabalhos publicava sem esforço: aconselhava, por isso, Chumelgas a palmilhar pelos alfarrabistas. Os eventuais “tesoiros (camilianos)” que Bento Chumelgas poderia encontrar nos estabelecimentos desses comerciantes poderiam ser a chave para a respetiva fama e riqueza. Qualquer que fosse o objeto supostamente pertencente a Camilo que encontrasse, instava-o a pô-lo

em leilão numa qualquer “montra da Baixa”. Garantia, de resto, que o plano era infalível: havia “quem seja capaz de se vender” para adquirir tais preciosidades (Ruim, 1917, p. 5-8). Estes comentários indicavam de forma humorística o conhecimento que João Ruim revelava sobre a Baixa de Lisboa enquanto zona onde era comum a existência de alfarrabistas e de leiloeiros (alguns dos quais, como veremos, que se ocupavam de ambas as funções), não obstante os preços muito significativos a que podiam chegar objetos associados de alguma forma a Camilo Castelo Branco.

O mercado livreiro foi mais profundamente dissecado no mesmo ano da publicação de *Cartas a Bento Chumelgas* por outro autor que criticava os livreiros alfarrabistas, alguns deles também leiloeiros de livros antigos, pelos preços exagerados que se praticavam na venda não de objetos, mas de obras de Camilo Castelo Branco. Convicto da necessidade de celebrar a memória do mestre e de criticar aqueles que considerava que estavam a maculá-la ao impedir o acesso mais alargado aos respetivos escritos graças aos preços pelos quais os comerciavam, António Simões⁷ lançou-se numa jornada contra os alfarrabistas lisboetas no opúsculo *Os camilianistas e a praga maldita dos livreiros* (1917).

António Simões numerou e assinou pela sua mão cada uma das cópias que estiveram disponíveis no mercado, ainda que não tenha impresso o seu nome na capa da publicação. O pequeno livro encerrava uma crítica acirrada contra vários livreiros e camilianistas lisboetas, mas guardava os insultos mais exóticos para os seus tios Manuel dos Santos e José dos Santos. Manuel dos Santos, ao ter sabido da respetiva publicação, tentou destruir quantas cópias pôde do texto que o visava (Câmara Municipal do Seixal, 1990, p. 126-127 *apud* Santos, R. 1917).

Na opinião de António Simões, o seu familiar era um “biletre” de vários que pululavam pela cidade de Lisboa e que se dedicavam ao comércio a retalho. O camilianista acusava “o merceeiro, o padeiro, o leiteiro e todos enfim os que hoje têm um negócio” de crimes da maior gravidade contra os seus clientes, que deveriam resultar em penas de

⁷ Restam poucas indicações biográficas relativas a António Simões. As informações de que dispomos sobre a respetiva identidade advêm dos comentários à bibliografia camiliana da Câmara Municipal do Seixal publicada em 1990, na senda da comemoração do centenário da morte de Camilo Castelo Branco. Consoante foi possível à edilidade apurar, António Simões era sobrinho de dois irmãos livreiros, seus tios, Manuel dos Santos e José dos Santos.

longa duração na prisão do Limoeiro ou na penitenciária da capital, ainda que de todos os que se poderia esperar que mencionasse apenas identificasse o de “roubar” nas suas lides comerciais (Simões, 1917, p. 3). As críticas mais acérrimas estavam reservadas para os “senhores livreiros”, que como *praga* que eram, eram considerados “pior que a dos percevejos”. Para esta classe estavam também reservados os insultos “desalmado”, “vilão”, “impertigado”, “usurário”, perpetrador de uma “roubalheira” e explorador. Mais grave do que todas estas faltas de caráter, estes profissionais eram, graças aos preços que praticavam, acusados de macular a memória de Camilo Castelo Branco, ostensivamente graças ao facto de os preços em causa impedirem o acesso dos interessados às obras que pretendiam adicionar à sua camiliana (Simões, 1917, p. 4-6).

Entre os livreiros individuais visados por António Simões encontrava-se, como já vimos, o seu tio, Manuel dos Santos, dono da Livraria Manoel dos Santos, que, à data da publicação do opúsculo do sobrinho era sita nos números 13 e 14 do Largo do Calhariz, em Lisboa, localização que lhe valia o epíteto de “Esfola Camilianistas do Calhariz”. O nome era-lhe atribuído, como era apanágio do autor, graças aos preços demasiadamente elevados que praticava na sua livraria (Santos, M. 1917, p. 4). O tio, que era “baixo na estatura”, mas “alto nos preços dos livros”, era especificamente acusado de ter vendido a António Simões o folheto *Hossana!* por 25\$00 escudos, quando este estava disponível na única livraria elogiada pelo autor, a Parceria Pereira, que também editou outras obras de teor religioso de Camilo, por por 2\$50 (Simões, 1917; Alves, 2015, p. 108-110). Pela *afronta*, era envolvido numa alegoria tauromáquica: António Simões pedia ao leitor que não confundisse Manuel dos Santos, livreiro, com o coevo “Manuel do Santos, bandarilheiro”⁸ e que se precavesse, porquanto o segundo tinha que lidar com o risco de

⁸ Manuel Joaquim dos Santos (1871-1964), bandarilheiro conhecido pelo epíteto *Passarito* (Luís, 1954 p. 41), nasceu em Lisboa em 15 de maio de 1871 (Santos, M. 1946, p. 18). Praticante da tauromaquia desde criança, tomo a alternativa em 17 de julho de 1898 na praça do Campo Pequeno (Santos, M. 1946, p. 50-61). Deixou as arenas em 1931 (“Retratos – Toureiros – 7 – Bandarilheiro”, [s.d.]; Papelaria e Tipografia Santos & Magalhães, [s.d.]; Luís, 1954 p. 43; Santos, M. 1946, p. 106-107) e tornou-se diretor de corridas (Santos, M. 1946, p. 70-79). Foi avô do matador português Manuel dos Santos (1925-1973). Faleceu em 1964 e foi enterrado no cemitério da Golegã (Santos, M. 2015, p. 33-40).

ser *colhido* por um touro, na procura por livros de Camilo, o bovino era, pois, o alfarrabista, “perigoso por que nos colhe...” (Simões, 1917, p. 4).

A alegoria tauromáquica estendia-se a acusações de fraude nos leilões de livros e valia-se, além disso, do sentido agrícola do termo utilizado para descrever a ação de ser arrebatado por um touro. António Simões acusava os livreiros lisboetas em geral, incluindo, portanto, nessa acusação, o seu tio, por corromper o processo de descoberta pública do preço. Apontava que detinham em seu emprego, em referência ao primeiro terço da lide a pé (reconhecidamente praticada por *Passarito*), “los picadóres”, ou seja, indivíduos que tinha testemunhado elevarem artificialmente o preço do folheto *O caleche*. O objetivo era que o lote pudesse ser adquirido por um “figurante”, pessoa em conluio com o livreiro (qual “lavrador”, que *colhia* o lote *semeado*) que comprava o livro pelo valor desnecessariamente elevado a que tinha chegado em praça pública. O objetivo era o de que o beneficiário final do esquema, o comerciante de livros, pudesse justificar o preço pelo qual o venderia aos seus fregueses. Esta inflação do que imaginava serem os preços justos das obras camilianas e de Camilo, levava-o a argumentar que o papel de camiliano apenas podia ser preenchido por indivíduos especialmente abastados, já que para adquirir “uma coleção razoável (e já não dizemos completa)” das obras do mestre, o colecionador tinha de estar disponível para dispensar entre 3\$500 a 4\$000 escudos (Simões, 1917, p. 4).

Contudo, era especificamente o preço dos livros de Camilo em Lisboa nas vésperas do Centenário que preocupava António Simões, já que elogiou o tio por ter publicado uma “Revista Camiliana, trabalho indubitavelmente bem feito”. Mesmo assim, não lhe poupou críticas face à aparente margem de lucro que retiraria daquela obra: era acusado de a vender ao dobro do preço da respetiva produção, um valor tão elevado, que um camilianista “de meia palmeta” não tinha a possibilidade de a adquirir (Simões, 1917, p. 5; Santos, M. 1917, 1923, 1926).

Visão diferente do alfarrabista tinha outro camiliano e reconhecido jornalista lisbonense, João Paulo Freire (Mário), que na sua obra de memórias dispersas de 1937 se referiu ao falecido livreiro do Calhariz (que expirou em 8 de janeiro de 1922), como “um dos mais arrojados do seu tempo”, e como pessoa que tinha operado “uma revolução no mercado do livro antigo” (Mário, 1937, p. 33-34). O jornalista do *Diário de Notícias* reservava um elogio especial para a capacidade de catalogação bibliográfica de Manuel dos Santos, que reputava ter-se

interessado pelas “raridades de Camilo” pelo menos a partir de 1917 com a publicação do primeiro volume da sua *Revista bibliográfica camiliana*, considerada por João Paulo Freire (Mário) “a melhor, a mais completa e a mais interessante de todas as documentações que no género temos sôbre Camilo”, publicada em três volumes “já hoje raros” (Mário, 1937, p. 34). Além disso, em contraste com a posição de António Simões, admitia a possibilidade de adquirir “pechinchas” num leilão que o comerciante tinha organizado. Por mais elogiosa que fosse a visão deste jornalista sobre o livreiro visado, ela deve ser, contudo, contextualizada na relação profissional que manteve com a livraria de Manuel dos Santos. O estabelecimento editou a sua obra *A campanha da lápide* (Mário, 1917; Mário, 1937, p. 33).

Tendo registado a tendência camiliana de Manuel dos Santos, João Paulo Freire (Mário) registrou também que, mesmo assim, “a mais preciosa de todas as camilianas que eu conheço” estava na posse do irmão, José dos Santos, também ele visado como parte da *praga*. Foi um prolífico leiloeiro, que pôs em praça diversas camilianas (Biblioteca Nacional de Portugal, 1990, p. 24-25; Santos, J. 1939). Explorou com o familiar, pelo menos entre 1910 e 1913, e autonomamente a partir de 1914, a Livraria Lusitana, situada no número 131 da Calçada do Combro (Santos, J. 1910, 1911, 1913, 1914; Santos, M. 1914). A existência desta parceria comercial pode ser confirmada através das memórias de João Paulo Freire (Mário), que informa, no seu elogio funerário a Manuel dos Santos, que o livreiro se decidiu dedicar, juntamente com o irmão José, “à vida de livreiros-alfarrabistas”. A descrição geográfica da loja que exploraram em conjunto está conforme os catálogos que publicaram. Os livreiros situavam-se “ali em baixo ao fundo dos Paulistas [i.e. Igreja do Convento dos Paulistas, ou Igreja de Santa Catarina, na Calçada do Combro]”, no mesmo local onde, à data das memórias de João Paulo Freire (Mário), 1937, tinha estabelecimento José dos Santos (Mário, 1937, p. 33).

José dos Santos foi apelidado pelo sobrinho de “Sr. Dr. Pontas d’Agulha”, associando António Simões, mais uma vez, o ato de *picar* ao de inflacionar o preço de um produto. De resto, era, invariavelmente, essa a crítica lançada: o “vilão” tinha-lhe vendido, especialmente “picadinho”, por 115\$00 escudos, a obra *Horas de luta*, tal como por 40\$00 escudos a um amigo seu, que de tão enraivecido com o valor a pagar tinha considerado “partir a pinha aquele desalmado”, a obra *Duas horas de leitura* (Simões, 1917, p. 4-5). Além dos familiares, o autor atacou, pelas

mesmas razões, outro livreiro, especificamente “aquele Carneiro da T. de S. Domingos”, João Carneiro, que pontificava na Livraria de João Carneiro e Companhia Limitada, nos números 58 a 60 da Travessa (Carvalho, 1915, p. 5; Carneiro, 1917). Dessa *displicência* era também acusada a “livraria ambulante das escadinhas de Santa Justa” e alguém que tinha encontrado “no Rocio, um rapasola, vendedor ambulante” (Simões, 1917, p. 5-6).

Por fim, António Simões dedicou-se a criticar outro camiliano por *traição* às boas práticas do colecionismo, ou seja, por aparentar encontrar-se em conluio com a classe livreira, o que lhe daria acesso a preços mais baixos. Consoante indicou, o “senhor V. R.” colecionava “Camilo... de borla”, porque convencera o “pobre padeiro” a vender-lhe obras a preço reduzido “com um charuto de 15 réis e um pirolito para ajudar a digestão” (Simões, 1917, p. 5). Conforme registou o Conde de Castro e Solla (1874-1948) nas *marginalia* da sua cópia do opúsculo do sobrinho de Manuel dos Santos, o camilianista visado era José Vitorino Ribeiro e o livreiro que lhe estendia a simpatia, “o alfarrabista Antunes, da R. dos Poiais de S. Bento.” (Simões, 1917, p. 5)

Ainda que não nos tenha sido possível identificar este comerciante, é possível atestar a proximidade que existia entre José Vitorino Ribeiro e outro membro da *praga*, José dos Santos: o camilianista prefaciou um catálogo de um leilão realizado entre 27 e 30 de março de 1916 na Livraria Lusitana (Santos, J. 1916, p. 1). Na carta de dezembro de 1915 do colecionador ao leiloeiro, que servia de prefácio ao catálogo, o camilianista lembrava o objetivo que José dos Santos lhe tinha transmitido de formar uma camiliana de boa qualidade para “sentir depois o prazer, jactancioso embora”, de a leiloar. O catálogo em causa era o produto final do projeto de arquivamento do “caro amigo” (Santos, J. 1916, p. 2-7), que tinha guardado as obras que tinha conseguido obter em “lugar especial e oculto”. O resultado desta dedicação merecia rasgados elogios da parte de Vitorino Ribeiro. Contudo, este aparenta não ter sido o único camiliano com que José dos Santos manteve relações de proximidade, já que a cópia do catálogo em causa, disponível na Camiliana de Sintra, inclui uma dedicatória ao colecionador que constituiu esse acervo, Rodrigo Simões Costa, “Em testemunho de elevada consideração e reconhecimento” (Santos, J. 1939, p. 1).

Acreditando, portanto, nas palavras de António Simões, a proximidade entre camiliano e livreiro aparentava ser condição *sine qua non* para a compra a preços mais reduzidos do que o preço de mercado

de obras de Camilo Castelo Branco, em Lisboa, nas vésperas do primeiro centenário, preços esses que, aparentemente, eram praticados apenas com fregueses seletos, estatuto que não era estendido àquele que se dizia vítima da *praga*.

A visão de António Simões dos seus familiares e de outros compradores de Camilo era fruto da respetiva apreciação subjetiva das práticas comerciais que os envolviam. Contudo, por mais que assim fosse e que se valesse de insultos aos comerciantes e de apelos à sacralidade da memória de Camilo para a expressar, o discurso de António Simões encerrava uma preocupação atendível: o preço de venda de obras de Camilo Castelo Branco nas vésperas do primeiro centenário restringia o acesso mais alargado que acreditava que deveria existir por parte do público às mesmas. Mesmo assim, António Simões não apresentava uma solução para esta questão que não fosse o apontar da existência de estabelecimentos comerciais, como a Pareceria Pereira, que praticavam preços inferiores aos dos seus familiares. O mesmo não se passou com outros intervenientes nos objetivos de celebrar Camilo.

De facto, a questão era um problema antigo e que se espraiava no tempo. Quando em março de 1924 a Associação de Homens de Letras do Porto lembrou a João Paulo Freire (Mário) no *Diário de Notícias* a sua primazia nos objetivos de celebração de Camilo Castelo Branco, fez saber que entre os seus alvites para a mesma, que remontavam à década de 1890, estava um que o jornal lisboeta não tinha considerado: pretendia que durante o centenário fosse impressa uma “edição popular” das obras de Camilo. Considerava-a necessária porque, a um ano da celebração, apenas era possível aos “camilianistas endinheirados” adquirir (potencialmente junto de alfarrabistas) obras do romancista que estavam, em geral, esgotadas nas livrarias (Benvinda, Carvalho, 2024, p. 106).

Os melindres nas comemorações não ficariam por aqui. As críticas sobre os valores das publicações em torno de Camilo adquiriam contornos vinculados, então, num texto de autor incógnito. Em 1925 surgia uma publicação que antecipava pelo seu título – *Os azeiteiros de Camilo* – uma crítica mordaz aos trabalhos postos em circulação no centenário. Era um pequeno folheto ofertado, em número de cem da sua tiragem, para que não se verificasse aproveitamento do romancista em prol do

negócio livreiro, segundo o seu autor, o médico Manuel de Castro⁹. Fora impresso na tipografia Gonçalves & Nogueira e tinha por objetivo fazer rir, desabafando o que lhe parecia excessivo. Assim, acusava a “literatura” que se produzia em torno do evento “vazia e sem mérito”, cobrindo de críticas ásperas as publicações desmerecedoras de Camilo (Castro, 1925, p. 8). O folheto gratuito era da autoria de um “camilianista obscuro”, Castro que preferira o anonimato (Castro, 1925, p. 5). Daria *pano para mangas*, quer a identificação daquele que havia publicado o folheto, quer o assunto contido nas linhas traçadas pelo seu autor. De resto, era um folheto privado (Castro, 1925, p. 52), capaz de exaltar “o borbórinho” verificado “na imprensa e nas letras nacionais”, então, sobre Camilo. O seu préstimo revestiu-se de contornos para além da simples oferta, sem uma reimpressão prevista (Castro, 1925, p. 9), originando o *Azeite escaldado* de João Paulo Freire (Mário), como reposta (Freire, 1925, p. 4-8).

Sem dúvida, o jornalista João Paulo Freire daria o mote ao “conflito”. O escritor Joaquim Madureira¹⁰ arremessaria palavras que provocariam a descoberta do redator d’*Os azeiteiros*, panfleto que rapidamente suscitava impressões porque facilmente lido, sendo manifesto contributo no arremesso dos conflitos cultivados nas letras, desde o século XIX, fazendo usufruto de uma linguagem corriqueira, com intenção de escarnecer de determinados camilianistas “sem honra, nem dignidade, que vivem à custa das rameiras”, tal qual enfatizava. Os “azeiteiros”, que se Camilo vivesse, correria à *biqueirada*, eram descritos por Castro como aqueles que se aproveitavam do seu nome (Castro, 1925, p. 10-12).

Manuel de Castro não deixava de reconhecer o seu próprio contributo na causa dos designados *azeiteiros*, devido ao seu colecionismo. Esses “exploradores ignóbeis” significavam ao autor do folheto um manifesto desalento, apelidando-os de diversas formas (Castro, 1925, p. 12). Castro apontava o culto camiliano que se conhecia no país, e que impingia ao “Respeitável Público” as suas manipulações: apontava a escassez de investigação que na época se fazia, mas que não significava a

⁹ Pouco se sabe sobre Manuel de Castro. De acordo com a publicação de João Paulo Freire (Mário), *Azeite escaldado*, Manuel de Castro era médico em Vila Nova de Gaia.

¹⁰ Joaquim Madureira (1874-1954) foi um escritor português, formado em Direito, que adotou “o pseudónimo de Braz Burity”. Foi jornalista, destacando-se pelo seu trabalho de polemista e de panfletista (Costa, [s. d.]).

míngua de publicações à venda. Aclarava o tom relativamente à *Antologia portuguesa* – dirigida por Agostinho de Campos¹¹, sobre escritores lusos, e na qual faltaria o romancista visado (Castro, 1925, p. 14-15).

Salientamos, Castro apontava os “Maiores” azeiteiros de Camilo: o jornalista João Paulo de Freire (Mário), Álvaro Neves, Santos Quintela, Branca dos Reis, Nuno Catarino Cardoso e Armando Noronha; e os “Menores”, não menos *intrujas* na senda do autor: Raúl da Costa Santos, Alberto Teles, Nicolau da Fonseca, João Curioso, Artur Lamas e o designado “Caft” (Castro, 1925, p. 47).

Freire, associado à *Campanha da lápide*, foi o primeiro alvo no panfleto: referia-se o autor a uma coleção de livros publicada por Freire, com vista a provar errônea a lápide de Camilo na casa onde o Escritor *nascera* – “Mas acaso seria preciso escrever um livro para isso?”, era a questão retórica levantada –; afinal, bastaria uma “certidão de idade” para provar a causa (Castro, 1925, p. 18). A *Campanha* afigurava-lhe sem propósito que não fosse a venda de livros ao público que correra a adquirir exemplares, tal qual o crítico se confessava contributo (Castro, 1925, p. 18-19). De resto, acentuava outras linhas dadas à estampa pelo jornalista, que lhe desagradavam: *Entre gigantes – A questão Camilo Castelo Branco-Guerra Junqueiro*, que mais não seriam do que fragmentos de outras publicações, compiladas pelo jornalista. Acusava-o de padecer devido à escassez do contributo em matéria investigativa (Castro, 1925, p. 20-21).

Outras publicações mereceriam a sua ressalva pela negativa: *Terra lusa*, publicada em “A Ordem” (1916); *Camilo Castelo Branco e as quadrilhas nacionais – cartas inéditas* (1917); *Casa de Camilo* (1924); e, *Ecce iterum Crispinus!*: se no primeiro caso eram apenas transcrições, no segundo, as cartas inéditas versaram “opiniões políticas de Freire”, e, no terceiro caso, incidia no uso da imagem da casa de Camilo a arder, e dum Camilo tristonho, que na linha do crítico deveria pensar “oh! que grandes filhos da... mãe!” ao recorrerem a algo que levaria o público a comprar, quando se trataria de Freire a censurar a comissão que havia reerguido a casa. Sobre a última, de 200 laudas, colocava a tônica em que apenas 70 páginas se referiam a Camilo e à sua polémica com Silva Pinto, ficando as restantes páginas sem assunto sobre o escritor. Na

¹¹ Agostinho de Campos (1870-1944), foi um jornalista português, escritor e político (Porto Editora, [s. d.]).

lógica de Castro, Freire teria usado o nome de Camilo para angariação de compradores (Castro, 1925, p. 21-26).

Sobre os restantes autores de publicações comemorativas, o *camilianista obscuro* não encurtava comentários. Segundo dizia, eram desapegados de verdadeiro contributo à causa que, evidentemente, se tornava polémica, uma vez que infrutuosa, porque derivada dos achados de outrora. A Álvaro Neves, criticava o folheto *Estudos camilianos* (1917) e as *Notas à margem em livros de Camilo Castelo Branco* (1916); a Santos Quintela, a coletânea *Camilo – anedoctas, epigramas, facecias, ironias, máximas, pensamentos, frases, sátiras...* (1921), merecia a reprovação de Castro que preferia a coletânea *Rapsódia camiliana* de António Joaquim (Fernando Reis), publicada em 1905.

Sobre a obra de Branca dos Reis, *Mulheres e corações na obra de Camilo Castelo Branco* (1920), acentuava o “malefício” que às letras prestava. A Nuno Catarino Cardoso, com *Camilo: mulheres e lágrimas* (1922), *Camilo, Fialho e Eça* (1923) e *Pensamentos de Camilo*, não lhe reconhecia qualquer contributo. A Armando Noronha, com *O amor – as mulheres – as mulheres e o amor – pensamentos de Camilo*, Castro exasperava apelidando a publicação de *pornográfica*. Raúl da Costa Santos, que imprimira o soneto de Camilo *A maior dor humana* e arrecadara elogios no jornal *Novidades*, era censurado na análise suscitada. Alberto Teles, com *Camilo Castelo Branco – na cadeia da Relação do Porto* (1917) fazia-se um roubo à carteira dos curiosos. Nicolau da Fonseca, com *Uma carta e algumas notas inéditas de Camilo Castelo Branco* (1923) arrecadava idênticos elogios: era uma carta desprovida de acrescento ao conhecimento. João Curioso, com *Camilo e as caturrices dos puristas*, publicada no Rio de Janeiro (1924), revestia-se de um autêntico escândalo monetário, ainda mais porque o autor anunciava outros tomos, e o preço referia-se apenas ao primeiro. Artur Lamas¹², com *Em que casa nasceu Simão Botelho?* (1924), recebia o comentário “Mais quatro mil reis pr’a corda do sino!”.

Sem desprimor, o Culto Camiliano era igualmente versado: o Caft – pseudónimo de António Tavares de Carvalho – merecia referência

¹² Os autores referidos por Manuel de Castro eram jornalistas, arquivistas, bibliófilos, escritores da época, de renome, como o caso de Alberto Pimentel ou de João Grave; de personalidades que prestaram contributos variados no âmbito das comemorações camilianas, alguns com pouco destaque no período.

na senda da publicação da obra *A minha “Casa de Camilo”* (Carvalho, 1924), a qual servia para aumentar os fundos do Culto Camiliano, era “um anjinho” que surgira a Manuel de Castro “com imenso desejo de tomar parte na brezunda”, sendo que “vinte escudos” por “19 páginas” se constituía um insulto para o obscurantista (Castro, 1925, p. 26-51).

Estas publicações acentuavam a lógica que percorria o centenário comemorativo do nascimento de Camilo. A semelhança da *praga* dos livreiros, contribuíram para ilustrar o escândalo pecuniário, o aproveitamento em tempo de crise de uma época de homenagem. Claramente, se existia uma renovação nas letras, o recurso a Camilo Castelo Branco em pleno regime republicano enfatizava a capacidade de a República continuar os legados deixados pelo regime anterior, reconhecendo-lhes o devido mérito e legitimando-se no contexto interno e externo. Ao verificarmos as polémicas trazidas a lume durante as comemorações de Camilo, não podemos deixar de destacar o peso ideológico que as mesmas obtiveram, representando as turbulências que caracterizavam, em Portugal, o início da década de 1920. Para além das homenagens almejadas, o ambiente promovido no centenário de nascimento do romancista tornou evidente os problemas que grassavam a sociedade: a inflação na venda de livros, o Camilo tristonho apontado por Manuel de Castro, os desentendimentos originados em torno de quem comemorava melhor e fazia mais na homenagem, e serviu de recreação às elites da época, num momento de charneira. Do final da Grande Guerra ao término da I República, o centenário foi acariciado como fenómeno estrategicamente mobilizador das elites, furtando-lhes algum tempo às críticas sobre a vida política, e tornando-se ilustração nítida da falta de desafogo do período em matéria económica e financeira. As polémicas, granjeando atenção, tornavam-se até mais visíveis do que os trabalhos promovidos para homenagem. Aliás, muitos desses perderiam objetivo devido a dificuldades na angariação de fundos. Por isso, as comemorações absorveram os dilemas da época, tornando-se porta-voz da instabilidade nacional e uma forma de cântico patriótico para exaltação do país na nova ordem internacional fundada em 1919.

3 Conclusão

A análise das polêmicas geradas em volta da memória de Camilo no período 1917-1925 deixa transparecer o entendimento dos autores dos textos estudados sobre a forma como o escritor de Seide deveria ser celebrado, permitindo reconhecer as vítimas deste ambiente editorial: a memória de Camilo Castelo Branco e o público em geral. Em primeiro lugar, ficaria por construir durante décadas, depois da demonstração dos primeiros objetivos para a concretizar, uma estátua a Camilo Castelo Branco na capital portuguesa. Os esforços do Culto Camiliano, que se homogeneizou com a Grande Comissão do *Diário de Notícias*, saíram gorados perante a multiplicidade de polêmicas geradas em volta do monumento a criar, conduzindo o noticiário lisboeta a ver-se obrigado a observar e reconhecer o sucesso dos esforços desenvolvidos na região Norte de Portugal.

Ao mesmo tempo, entre *Livreiros* e *Azeiteiros* ficavam prejudicados os clientes dos primeiros, que, consoante indicou António Simões, poderiam ter dificuldades em completar as respetivas camilianas, dados os preços alegadamente praticados pela *praga*. Por outro lado, a vítima dos segundos era menos tangível e mais abrangente. Entre os muitos brados conflituantes para a celebração de Camilo Castelo Branco, tantos quantos aqueles que se fizeram paladinos da causa, a memória do romancista poderia vir a sofrer a mácula que os envolvidos nas polémicas tratadas pretendiam evitar: o facto de não ser devidamente celebrada. Por isso, salientamos a desarmonia de intentos em que se consubstanciou a celebração: entendida como meio de sustentar o corte que o pós-Grande Guerra efetivara, tornou-se prejuízo para uns e milagre para outros, porque Camilo era (des)configurado e (re)desenhado consoante a oportunidade e os interesses dos camilianistas, numa ocasião que significava o desfecho da primeira experiência republicana em Portugal e a necessidade de se reavivarem símbolos da centúria anterior para fortalecimento da ligação passado-presente. Nesta senda, as comemorações de 1925 extravasaram a memória de Camilo Castelo Branco: permitiram uma auscultação da época, envolta em nacionalismos e em movimentos de cariz patriótico que conduziram o mundo às experiências autoritárias, robustecidas nas décadas seguintes.

Referências

ABREU, J. P. *A escultura no espaço público do Porto no século XX: inventário, história e perspectivas de interpretação*. Barcelona: e-πολις, Publicações da Universidade de Barcelona, 2005.

ALVES, P. A. *O mercado editorial de lisboa: opinião pública e componente religiosa (1890-1910)*. 2015. 184 f. Tese (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2015.

BENVINDA, F.; CARVALHO, S. M. O culto camiliano no Portugal novecentista: singularidades e intenções do culto a Camilo Castelo Branco num período conflituante (1916-1925). *Olho d'Água*, São José do Rio Preto, v. 15, n. 1, p. 164-194, 2023. DOI: <https://doi.org/10.29327/2193714.15.1-10>.

BENVINDA, F.; CARVALHO, S. M. Um rato, ou apenas uma *ratice*?: O primeiro centenário do nascimento de Camilo Castelo Branco em Lisboa e na região Norte de Portugal. In: PAVANELO, L. M., NERY, A. A., SOUSA, S. G., SÁ, A. C. (Org.). *Rumo aos 200 anos de Camilo do Oitocentos à atualidade*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024. p. 99-121.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. *Achega para uma bibliografia das bibliografias camilianas*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1990.

CAFT. *Factos e documentos referentes ao Culto Camiliano*. Lisboa: Imprensa Lucas e C.a, 1925.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL. *Bibliografia camiliana da Biblioteca Municipal do Seixal: 1890-1990*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal, 1990.

CARNEIRO, J. *Catalogo da livraria de João Carneiro & C.^{ta}*, Lisboa: Oficinas Graphics, 1917. n. 2.

CARVALHO, A. T. *A Minha 'Casa de Camilo': comemoração do 99º aniversário do nascimento do glorioso escritor*. Lisboa: [s. n.], 1924.

CARVALHO, E. (dir.). A shypilis do Dr. Hayes. *O Zé*, Lisboa, ano 7, n. 217, p. 5, 1 de jun. de 1915.

CASTRO, M. de. *Os Azeiteiros de Camilo vistos e anotados por um camilianista obscuro*. [S. l.]: 1925.

CHORÃO, L. B. *A crise da república e a ditadura militar*. Porto: Sextante Editora, 2010.

COSTA, E. (s. d.). *Joaquim Madureira (Braz Burity)*. Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, Portugal, MNE. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/pessoas/joaquim-madureira-braz-burity.html>. Acesso em: 28 out. 2024

FREIRE, J. P. (Mário). *Azeite Escaldado... a verdade e o azeite andam ao de cima*. Lisboa: Edição da Empresa Portuguesa de Livros Limitada, 1925.

FREIRE, J. P. (Mário). *Camilo Castelo Branco: A campanha da lápide*. Lisboa: Livraria Manuel dos Santos, 1917.

FREIRE, J. P. (Mário). *Torre do Tombo... crónicas dispersas*. Lisboa: Edição do autor, 1937.

JÚDICE, N. As vanguardas literárias. In: REIS, A. (Dir.). *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1996. v. II, p. 253-262.

MARTINS, A. *Para a história do monumento a Camilo*. Porto: Empresa Gráfica do Porto, 1924.

NEVES, E. A. Camilo e a taça. In: NEVES, E. A.; CABRAL, A. P. *Vila Real: história ao café*. Vila Real: Museu de Vila Real, 2005. p. 298-306.

PAPELARIA E TIPOGRAFIA SANTOS & MAGALHÃES. *Bandarilheiro Manuel dos Santos*. Lisboa: Papelaria e Tipografia Santos & Magalhães, [s.d.]. Postal ilustrado da coleção de iconografia da Biblioteca Nacional de Portugal.

PEREIRA, J. Situação histórica e significado cultural da *Renascença Portuguesa*: o período de 1912 a 1917. In: TEIXEIRA, A. B.; NATÁRIO, C.; CUNHA, J. T. D.; PEREIRA, J. C. S.; PIMENTEL, M. C.; GAMA, M.; EPIFÂNIO, R. (Coord.). *A Renascença Portuguesa*: Pensamento, Memória e Criação. Porto: Univ. do Porto, 2017. p. 19-31.

PORTO EDITORA. Agostinho de Campos. *Infopédia* [online]. Porto: Porto Editora. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/artigos/\\$agostinho-de-campos](https://www.infopedia.pt/artigos/$agostinho-de-campos). Acesso em: 14 fev. 2024.

RETRATOS - Toureiros - 7 - Bandarilheiro. [s.l]: [s. n]., [s.d.]. Postal ilustrado da coleção de iconografia da Biblioteca Nacional de Portugal.

RUIM, J. *Camilianistas*: Cartas a Bento Chumelgas, moço d'uma esquina na Baixa. Lisboa: Centro Typographico Colonial, 1917.

SANTOS, J. *Camiliana*: descrição bibliográfica d'uma importante e valiosa coleção de obras do genial e popularíssimo romancista Camilo Castello Branco. Porto: Empresa Literária e Tipográfica, 1916.

SANTOS, J. *Catálogo de alguns livros raros e curiosos à venda na Livraria Lusitana de José dos Santos & Irmão*. Lisboa: Tipografia Cunha e Sá, 1910.

SANTOS, J. *Catálogo de alguns livros raros e curiosos à venda na Livraria Lusitana de José dos Santos & Irmão*. Lisboa: Tipografia Cunha e Sá, 1911.

SANTOS, J. *Catálogo de alguns livros raros e curiosos à venda na Livraria Lusitana de José dos Santos & Irmão*. Lisboa: Tipografia Cunha e Sá, 1913.

SANTOS, J. *Catálogo de alguns livros raros e curiosos à venda na Livraria Lusitana de José dos Santos & Irmão*. Lisboa: Tipografia Cunha e Sá, 1914.

SANTOS, J. *Descrição bibliográfica da mais importante e valiosa camiliana que tem até hoje aparecido à venda no mercado compreendendo todas as obras originais, traduzidas ou prefaciadas por Camillo Castello Branco*. Lisboa: Tipografia Eugénio Viana, 1939.

SANTOS, M. *Bibliografia. Alguns livros raros e curiosos à venda na livraria de Manuel dos Santos*. Lisboa: [s. n.], 1914.

SANTOS, M. *Ele aí está!*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946.

SANTOS, M. J. *Manuel dos Santos: o homem e o toureiro (1925-1973)*. Chamusca: Edições Castelão, 2015.

SANTOS, M. *Revista bibliografica camiliana*. Lisboa: Livraria Manuel dos Santos, 1917. v. I.

SANTOS, M. *Revista bibliografica camiliana*. Lisboa: Livraria Manuel dos Santos, 1923. v. II.

SANTOS, M. *Revista bibliografica camiliana*. Lisboa: Livraria Manuel dos Santos, 1926. v. III.

SANTOS, R. C. *Noticia de alguns escriptos acerca da vida e obra de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: [s. n.], 1917.

SILVA, H. M. *Monarquia do Norte*: 1919. Matosinhos: Quidnovi, 2008.

SIMÕES, A. *Os camilianistas e a praga maldita dos livreiros*. Lisboa: Edição do autor, 1917.

TELO, A. J. *Primeira República II: como cai um regime*. Lisboa: Editorial Presença, 2011.

Data de submissão: 30/10/2024.

Data de aprovação: 11/02/2025.